

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO DE JANEIRO**

**Programa de Pós-Graduação Lato Sensu  
Especialização em Educação Física Escolar  
Campus Duque de Caxias**

Simone Aparecida Gome de Carvalho

**ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Duque de Caxias - RJ  
2018

Simone Aparecida Gomes de Carvalho

**ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado (a) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação física escolar.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Carla dos Santos Beja

Duque de Caxias – RJ

2018

### CIP - Catalogação na Publicação

C331a Carvalho, Simone Aparecida de  
Análise curricular da formação do professor de Educação física  
para atuação na educação inclusiva / Simone Aparecida de  
Carvalho. -- Duque de Caxias, 2018. 25 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Ana Carla dos Santos Beja.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) --Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Especialização em Educação  
Física Escolar, 2018.

1. Educação física - Formação de professores. 2. Educação inclusiva. 3.  
Educação física - Currículo. I. Título.

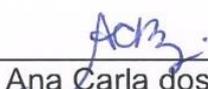
Elaborado pelo Módulo Ficha Catalográfica do Sistema Intranet  
do IFRJ - Campus Volta Redonda e Modificado pelo Campus  
Nilópolis/LAC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária: Cassia R. N. dos Santos CRB-7/4903

Simone Aparecida Gomes de Carvalho

**ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado (a) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialização em Educação Física Escolar.

Data de aprovação: 21 de dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Ma. Ana Carla dos Santos Beja (orientadora)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Me. Julio Maia Ferreira dos Santos  
Universidade de Nova Iguaçu - UNIG

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Me. Leandro Gouveia  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

Duque de Caxias - RJ  
2018

## AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por ter me dado forças para continuar, pois a luta foi grande, mas a certeza da vitória, apesar dos obstáculos, me fez seguir em frente;

Agradecer a minha Mãe e Avó que sempre estão prontas a me apoiar;

As minhas irmãs, em especial a Karlinha pela contribuição neste projeto;

Aos meus filhos Thamyres e Wesley por confiarem na minha conquista, por suas colaborações e pelo carinho;

Ao meu marido Alexandre pelo amor e companheirismo;

A Minha orientadora Ana Carla Beja, pelo apoio nas horas mais difíceis, pelo carinho, dedicação e amizade;

E a todos os mestres do curso de pós-graduação em educação física escolar do IFRJ pela dedicação, comprometimento, respeito e amizade.

Sempre tive este versículo como parâmetro para minhas lutas.

O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã. (Salmos 30:5b)

“Significa que para a pessoa temente a Deus todas as formas de dificuldades, incluindo a enfermidade, são apenas questões temporárias, pois apesar do sofrimento ser intenso e profundo a ponto de levá-la ao desespero, dura pouco tempo, quando comparado com a quantidade de alegrias que estão por vir”.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b>	11
2.1 Problematizando a formação de professores de Educação Física para a Inclusão	11
2.2 Material e métodos	13
2.3 Resultados e Discussões	18
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	21
<b>REFERÊNCIAS</b>	22

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo identificar como as instituições no âmbito público (UFRRJ) e privado (UNIABEU), localizadas na Baixada Fluminense, vem desenvolvendo a formação do professor de educação física para atuarem no contexto da educação física inclusiva. Discutiremos sobre o currículo na formação do professor de educação física, com base nos instrumentos normativos relacionados à formação docente e a educação de pessoas com necessidades específicas, investigando a formação de professores para uma educação inclusiva, a partir da análise curricular dos cursos de formação de professores de Educação Física oferecidos pelas Faculdades UNIABEU e UFRRJ. Os estudos utilizados como referência indicam uma precariedade na formação docente para atuação no contexto da educação inclusiva, revelando a necessidade de trabalhos que possam refletir sobre essa formação e apontar caminhos para a efetivação de uma real inclusão dos alunos com necessidades específicas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação física; formação de professores; inclusão.

## ABSTRACT

This work have to identify how institutions scope public (UFRRJ) and private (UNIABEU), located in the Baixada Fluminense has been developing the formation of physical education teacher to act in the context of inclusive physical education. We will discuss the curriculum in the formation of the physical education teacher, based on the normative instruments related to teacher education and the education of people with specific needs, investigating the formation of teachers for an inclusive education, from the curricular analysis of the training courses of Physical Education teachers offered by UNIABEU and UFRRJ Faculties. The studies used as a reference point indicate a precariousness in teacher education for action in the context of inclusive education, revealing the need for work that can reflect on this formation and point out ways to achieve a real inclusion of students with specific needs.

**KEYWORDS:** Physical education; teacher training; inclusion.

# ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante o período em que fui atleta tive a oportunidade de conviver com alguns alunos/atletas com deficiência que me motivaram a iniciar a minha formação acadêmica como educadora, os desafios individuais que apresentavam decorrentes das suas necessidades específicas, motivaram meu interesse em aprofundar meus conhecimentos nessa área.

No entanto, ao longo da minha atuação profissional vivenciei inúmeras situações desconfortantes em relação a atuação de alguns profissionais recém-formados e licenciandos durante o período de estágio, o que me trouxe inquietações sobre o processo formativo desses profissionais, observando a falta de preparo para atuar com alunos com deficiências e suas particularidades.

No cenário educacional muitas discussões a respeito da inclusão escolar vêm ganhando destaque nos últimos anos. Em resposta as essas discussões foram gerados alguns dispositivos legais nacionais e internacionais que recomendam matrícula de alunos com necessidades educativas na rede regular de ensino, como é o caso da Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e suas linhas de Ação de 1994, a Lei n.º 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o Plano Nacional de Educação/CNE de 2000, A Lei n.º 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Língua brasileira de sinais (Libras), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, Lei n.º 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (LBI) de 2015, entre outras.

O paradigma da inclusão se baseia na luta por uma sociedade mais justa e democrática onde as minorias, historicamente excluídas, possam ter igualdade de condições. Para Santos e Leme (2010) pensar no conceito de inclusão no âmbito educacional significa “rejeitar, questionar e problematizar por princípio, práticas preconceituosas e discriminatórias nas relações escolares; ou seja, a exclusão de

qualquer membro da comunidade escolar, particularmente os alunos” (SANTOS e LEME, 2010 p.156).

Embora a inclusão escolar seja garantida pela legislação brasileira, sua efetivação com qualidade ainda é um caminho a ser desenvolvido, onde muitas mudanças são necessárias.

Entre as muitas dificuldades encontradas para a efetivação da educação inclusiva estão os espaços inadequados nas escolas e a formação adequada de professores, capaz de atender às necessidades e aos desafios impostos pela proposta da educação universal ou educação para todos (Unesco, apud GLAT, et al, 1995).

Embora a Resolução CNE/CP nº 01/2002 estabeleça nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que as instituições de ensino superior devem prever – em sua organização curricular – que a formação docente seja direcionada à diversidade e que observem conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais específicas, de modo geral as licenciaturas não dão conta de preparar os professores com uma orientação inclusiva para a atuação profissional (PLETSCH, 2005).

Para que o processo de inclusão escolar seja efetivo, é necessário, que os professores sejam preparados para lidar com a diversidade e suas especificidades. Com isso se abre uma lacuna para refletirmos sobre a importância da formação de professores e como os mesmos poderão contribuir para uma efetiva inclusão em educação. Santos et al (2010) afirma que:

Estar em consonância com o paradigma da inclusão em educação significa direcionar o olhar para a compreensão da diversidade, oportunizando a aprendizagem de seus alunos e respeitando suas necessidades, o que constitui o cerne de sua formação. Um educador, enfim, que domina os instrumentos necessários para o desempenho competente de suas funções e tem capacidade de problematizar a própria prática, refletindo criticamente a respeito dela e, se necessário, propondo-se a transformá-la (p. 18).

No decorrer da trajetória como professora de educação física o que tenho observado é que há uma inaptidão de muitos professores em formação ou recém-formados no atendimento ao aluno com deficiência, a falta de conhecimento sobre o quê e como fazer com aquela ou aquelas crianças durante a aula se torna algo preocupante.

Considerando a importância da atuação docente para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade e com base na percepção das dificuldades apresentadas

pelos licenciandos e professores recém-formados para lidar com os alunos com necessidades específicas, identificamos a necessidade de refletir sobre como vêm ocorrendo o processo de formação de professores de Educação Física para a inclusão.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo geral identificar como as instituições no âmbito público (UFRRJ) e privado (UNIABEU), localizadas na Baixada Fluminense, vem desenvolvendo a formação do professor de Educação Física para atuarem no contexto da educação inclusiva. A pesquisa tem ainda, como objetivos específicos analisar a estrutura curricular, considerando as orientações legais para o atendimento à diversidade e identificar os objetivos propostos por cada disciplina, observando como as questões referentes à inclusão são tratadas durante todo o percurso formativo.

Esse trabalho pretende discutir sobre o currículo na formação do professor de educação física, a partir de uma análise documental dos dispositivos legais relacionados ao tema, seguida de uma análise de conteúdo, examinando projetos pedagógicos e os currículos dos cursos de formação de professores de Educação Física oferecidos pelas Faculdades UNIABEU e UFRRJ.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Problematizando a formação de professores de Educação Física para a Inclusão**

Para Silva (2008) a Educação Física traz consigo a exclusão como característica de sua trajetória histórica. Já tendo sido compreendida como instrumento de preparação dos jovens para a defesa do país, fortalecimento do profissional ou descoberta de grandes talentos do esporte capazes de representar a nação mundo a fora.

No entanto, é necessário superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado decorrente deste referencial conceitual e caracterizar a educação física de forma mais abrangente, incluindo todas as dimensões do ser humano envolvido em cada prática da cultura corporal, como aponta hoje o próprio conceito de Educação Física escolar (Silva, 2008 p.74).

Essa nova concepção de Educação Física indica a importância de levar em conta as dimensões sociais, políticas e afetivas, inerentes à existência humana, no

desenvolvimento de suas atividades. Essa perspectiva de uma Educação Física mais democrática e menos excludente dialoga diretamente com o paradigma da inclusão. Conforme destaca Silva (2008):

A inclusão nas aulas de Educação Física tem como objetivo atentar primeiramente sobre o próprio papel da Educação Física, que não é da seleção de talentos atléticos, e de garantir a real participação de todos sem discriminação de nenhum tipo, na aquisição ou na produção de determinado conhecimento. A vivência e a consciência das diferenças. Entretanto, esta não é uma tarefa fácil, pois requer intervenção permanente do professor (p.76).

A formação adequada do profissional de Educação Física é fundamental para a sua atuação no processo de aprendizagem dos alunos. Duarte (2003), diz que, somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais e que o material didático que trata das formas de trabalho com essa população, no âmbito da educação física escolar, escrito em nossa língua é escasso.

Identificamos diversos artigos científicos (BUENO, 1999<sup>a</sup>; GLAT, 2000; NOGUEIRA, 2002 e 2003, ANTUNES, 2006; entre outros) que problematizam a inclusão escolar, fazendo relação com a formação de professores e indicando a necessidade de melhorias, destacando que apesar de alguns avanços na formação e atuação do profissional de Educação Física, ainda estamos longe do que se espera para um comportamento adequado para com as pessoas com deficiência. A falta de experiência e o conteúdo escasso das disciplinas que abordem questões relacionadas à educação de pessoas com necessidades específicas, tornam precária a atuação docente no contexto da educação inclusiva. Se o professor em sua formação tiver um conteúdo restrito isso poderá refletir na sua atuação com a diversidade no cotidiano escolar.

Segundo o IBGE (2010), O Censo Demográfico de 2010 apresenta um aumento quantitativo de cerca de 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, representando 23,9% da população. Com o aumento desta população torna-se cada vez mais imprescindível a preparação apropriada dos futuros professores, para que durante sua atuação o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar seja eficaz.

De acordo com a atual LDB 9.394/96 a formação de professores para a Educação Básica ocorre, necessariamente, em cursos de licenciatura específicos. Em

atenção à orientação legal sobre a formação docente o CNE instituiu em fevereiro de 2002 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Esses dispositivos legais geraram reformulações nos documentos que orientavam a formação dos profissionais de Educação Física. A partir dos documentos citados foram elaborados o Parecer CNE/CES 0058/2004 (BRASIL, 2009) e Resolução CNE/CES 7/2004, que devem ser utilizados para orientar a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de Educação Física.

A educação física é bem versátil e pode facilmente ser adaptada a necessidade e individualidade de cada participante, favorecendo assim uma integralidade de todos e como componente da educação básica tem o compromisso de desempenhar esse papel de maneira satisfatória.

## **2.2 Material e métodos**

Esse trabalho se caracteriza por uma pesquisa qualitativa realizada a partir da análise documental dos dispositivos legais e da análise de conteúdo dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação Física de duas Universidades.

O levantamento de dados foi realizado em dois momentos, primeiro através de análise documental, compreendendo a análise dos dispositivos legais que tratam da questão da educação inclusiva e formação de professores.

No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Alves-Mazzotti, 1998; Lüdke & André, 1986).

Durante a pesquisa documental deve se ter a percepção de que os documentos são os “meios de comunicação”, por se tratar de fontes precisas de informação, com o objetivo de transmitir propósitos para uma finalidade e suas reais intenções. Devem ser entendidos como uma forma de contextualização da informação, sendo analisados como “dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos” (Flick, 2009: 234).

No segundo momento a coleta de dados se deu através da análise de conteúdo, realizada a partir da avaliação dos projetos de curso. A análise de conteúdo é

compreendida por Bardin (1977), como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

As duas instituições que são objeto dessa investigação estão localizadas na Baixada Fluminense, sendo a pública (UFRRJ) no município de Seropédica e a privada (UNIABEU) no município de Belford Roxo. A Baixada Fluminense é compreendida como uma região de planície que abrange desde Itaguaí até Campos dos Goytacazes, onde se concentra a maior parte da população do estado do Rio de Janeiro. Essa região é composta por 13 municípios e enfrenta grandes desigualdades sociais e violência urbana. A Baixada apresenta culturalmente uma grande diversidade, devido à colonização por parte de imigrantes de vários locais do país.

A UFRRJ atende em sua maioria pessoas oriundas dos municípios da baixada fluminense além de outras regiões do país. Seu curso de graduação em Licenciatura Plena em Educação Física foi criado em três de março de 1976 a partir da Deliberação número 16/74 (Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), formava graduados para atuar tanto na área de Licenciatura como na área Técnica desportiva. A partir da resolução 03/87, que estabeleceu a criação do Bacharelado em Educação Física, os graduados eram aptos a atuarem nas áreas de Licenciatura e Bacharelado. Depois da Resolução CNE/CP 2 de 19/02/2002, passou por uma reformulação, priorizando a Licenciatura, sendo reconhecido como destaque em todo estado do Rio de Janeiro. O curso tem entrada de 60 alunos semestralmente das mais variadas regiões geográficas que incluem o Estado do Rio de Janeiro, mas não se limita a ele, atualmente conta com aproximadamente 500 alunos.

A UNIABEU (Associação Brasileira de Ensino Universitário (ABEU) – Centro universitário) caracteriza-se como uma instituição privada sem fins lucrativos, com sua sede localizada no município de Belford Roxo e atende também os egressos da região e entornos. Possui os cursos de licenciatura e bacharelado em educação física, sendo nosso foco a licenciatura. Teve sua origem na década de 50, porém no ano de 2002, a Instituição passou a ser credenciada pelo MEC como Uniabeu Centro Universitário.

A proposta inicial dessa pesquisa era realizar a análise de conteúdo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Licenciatura em Educação Física das instituições supracitadas. No entanto, não conseguimos ter acesso ao PPC do Centro

universitário UNIABEU. Dessa forma, para analisar essa instituição utilizaremos como fonte de informações os relatórios de Avaliação institucional realizados por uma comissão chamada CPA (Comissão Própria de avaliação) e as informações disponíveis na página da web referente ao curso.

Utilizamos alguns dispositivos legais para o desenvolvimento deste projeto, através dos parâmetros estabelecidos na análise documental. Examinamos a Declaração de Salamanca (1994), promulgada no Fórum Mundial de Educação para Todos, A Constituição Federal de 1988, A Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), A Lei nº 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015, Resolução CNE/CP nº1 de 18 de fevereiro de 2002 é instituído as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, CNE/CES 0058/2004 (BRASIL, 2009) e Resolução CNE/CES 7/2004.

A Declaração de Salamanca foi um documento elaborado na Conferência Mundial de Educação para Todos, na cidade de Salamanca, na Espanha, e teve como objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. O princípio que fundamenta a Declaração de Salamanca é o de que toda criança tem direito à educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados de modo a atender este público. As formulações de “Educação Inclusiva” propõem que todas as crianças, independentemente de suas origens e valores sociais, devem ter acesso à educação.

A Declaração propõe que seja organizado treinamento de professores formados e/ou durante a formação com situações que se aproximem da realidade das escolas inclusivas, estimulando o desenvolvimento de pesquisa por grupos e instituições com boa reputação ou anônimas, com a finalidade de registrar o progresso e os resultados para ser disseminado por cada país.

46. Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de

treinamento. Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser promovidas. A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração. (Declaração de Salamanca, 1994)

A Constituição Federal de 1988 que define a educação como um direito de todos, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 208 - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entende educação especial como uma modalidade de educação escolar, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para os alunos que possuam alguma necessidade educacional específica. Este documento também trata dos sistemas de ensino, que deveriam assegurar professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular com formação adequada para o atendimento desses educandos nas classes comuns.

A Lei nº 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como recursos de expressão a ela associados.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Na Resolução CNE/CP nº1 de 18 de fevereiro de 2002 é instituído as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular que a formação docente seja voltada à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. E este documento ainda ratifica a importância de uma formação adequada de modo que o futuro docente possa exercer sua função em consonância com a necessidade de seus discentes.

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014: define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos, estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino.

Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015 onde em seu Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

CNE/CES 0058/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física criada a partir das análises das propostas pela Comissão

da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área de saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela Secretaria de Educação Superior/MEC ao CNE, tendo como referência vários documentos pautados nas tradições cultural e científica do nível e/ou da área de formação em docência de questões que emergem do cotidiano. A intenção é possibilitar a transformação da compreensão sobre o mundo vivido, e oportunizar a construção de conhecimentos significativos que se reorganizam em forma de teorias, experiências, habilidades, competências e atitudes.

Através da análise de conteúdo buscamos compreender qual a proposta curricular para a formação de professores de Educação Física no contexto da Educação Inclusiva. Para sistematizar a análise, serão propostas categorias a serem observadas dentro do material disponível de cada curso de Licenciatura e que auxiliarão na identificação das disciplinas e atividades presentes na formação de professores no contexto inclusivo. Utilizaremos algumas categorias da análise que esclarecerão os conceitos, tais como: objetivo do curso, perfil do egresso, estrutura curricular, requisitos legais mínimos quanto à educação inclusiva e projetos e atividades de extensão relacionadas às políticas inclusivas.

### **2.3 Resultados e Discussões**

A apresentação dos resultados da análise dos cursos será realizada pelas categorias elencadas anteriormente, e iniciadas pelos documentos da UFRRJ, seguida pelos da UNIABEU.

Na categoria objetivo do curso verificamos que a UFRRJ apresenta no seu PPC como objetivo geral formação professores de Educação Física baseada em uma visão holística para atuação, prioritária, na Educação Básica, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado do Rio de Janeiro e para o pleno exercício da cidadania e dentre os diversos objetivos específicos o PPC apresenta a preocupação em “Preparar profissionais para a docência e para o trabalho com pessoas com necessidades especiais, numa visão de inclusão escolar, social e de Educação Física adaptada”, além de “Implementar ações significativas nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer e recreação, envolvendo pessoas, grupos diversos, organizações e comunidades”, entre outros que condiz com a atuação em todas as etapas da Educação Básica.

Conforme descrição do curso em licenciatura no site da UNIABEU a curso de licenciatura tem como objetivo formar excelentes professores por meio da oferta de disciplinas pedagógicas que caracterizam a formação do profissional da área educacional . Além da promoção de bem-estar, as atividades corporais, suas expressões e desenvoltura, metabolismo, ações lúdicas e recreativas e os conceitos desportivos complementaram para um aprofundamento do licenciando o habilitando para sua formação e atuação em escolas.

Na categoria perfil do egresso, buscamos analisar qual é o tipo de licenciados que as instituições analisadas desejam formar. No que se refere a essa categoria foi identificado no material da UFRRJ que o curso pretende que o licenciado em Educação Física possa ser formado para:

Esclarecer e intervir, profissional e academicamente no contexto social, político, histórico-cultural, científico e da cultura corporal, a partir de conhecimentos da natureza técnica, científica, pedagógica e cultural (UFRRJ, 1979).

De acordo com as informações disponíveis no site a instituição pretende que o seu egresso possua uma formação multidisciplinar que lhe oportunizará organizar eventos esportivos e ações de inclusão, como atividades físicas direcionadas para a comunidade do entorno da universidade.

Na UNIABEU podemos observar ainda sobre o perfil do egresso, através das análises nos relatórios da CPA, que após reformulações do curso a instituição vem buscando promover a interdisciplinaridade na trajetória formativa do profissional de Educação Física. Propiciando a aplicação prática dos conhecimentos desenvolvidos na graduação, oportunizando a vivência em atividades de dança, desporto entre outros relacionados à futura atuação profissional.

Sobre a categoria estrutura curricular observamos os documentos levando em conta o que está estabelecido na Resolução CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002, que diz que os cursos de Licenciatura devem ter uma carga horária total de no mínimo 2800 horas, divididas entre 400 horas de estágio supervisionado, 400 horas de prática como componente curricular vivenciada ao longo do curso, 1800 horas de aulas para conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 horas de atividades curriculares.

O curso de licenciatura em educação física na UFRRJ (universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) tem duração de no mínimo 8 e de máximo 14 períodos, entre disciplinas obrigatórias 2460 horas, disciplinas optativas 360 horas, pesquisa e prática pedagógica (Ensino de) 280 horas, Estágio Supervisionado 400 horas Atividades Complementares 200 horas totalizando 3.700 horas.

A estrutura curricular é composta por 59 disciplinas obrigatórias divididas em 164 créditos e mais 50 consideradas optativas, podendo fazer até 24 créditos. Entre as obrigatórias temos LIBRAS e a disciplina Educação Física Adaptada que em sua ementa contém os seguintes conteúdos:

Educação Especial. Bases legais da Educação Física Adaptada. Adaptação de equipamentos e espaço físico. Prescrição de atividades físicas adaptadas. Atividades desportivas e recreativas. Planejamento, execução, avaliação, indicações e contra-indicações de atividade física para portadores de necessidades especiais (UFRRJ, 2009).

Analisando as ementas das outras disciplinas obrigatórias e das optativas não encontramos nenhuma menção à abordagens teóricas ou práticas que considerem aspectos relativos ao trabalho docente num contexto inclusivo.

Na UNIABEU o curso de licenciatura em educação física tem duração de 6 semestres, as disciplinas obrigatórias têm um total 2080 horas, as disciplinas optativas 40 horas, a prática pedagógica 260 horas, o Estágio Curricular Supervisionado 400 horas e as Atividades Acadêmicas Complementares 200. Contendo entre as disciplinas obrigatórias dois componentes curriculares com conteúdo relativo ao atendimento de pessoas com necessidades específicas: Educação Física Adaptada e Libras (língua brasileira de sinais). Além da oferta da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, dentre as disciplinas obrigatórias. Infelizmente, não foi possível analisar as ementas das disciplinas, pois não tivemos acesso a esse documento.

De acordo com Resolução CNE/CP 02 de 2002 é possível identificar que de acordo com a matriz curricular fornecida pelo site da UNIABEU e no PPC da UFRRJ que ambos os cursos não cumprem a carga horária mínima exigida relativa à dimensão prática pedagógica.

Projetos e atividades de extensão relacionadas as políticas inclusivas são desenvolvidas nas duas instituições analisadas.

A UNIABEU em parceria com empresas da região realiza programas de estímulo à permanência dos alunos através da concessão de descontos e de bolsas sociais, por meio do Núcleo de Inclusão e Apoio ao Discente – NIADIS apoia os discentes com dificuldades de aprendizagem, realiza atendimento e tratamento ambulatoriais na clínica escola de fisioterapia, entre outros. Todas essas ações são prestadas tanto para o público interno quanto ao público externo da instituição.

A UFRRJ Desenvolve vários programas, dentre eles o de Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados para alunos com deficiência no Ensino Fundamental e Médio, realizado pelo GPEFEA - Grupo de Pesquisa em Educação Física e Esportes Adaptados e PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica entre outros. Atualmente, a UFRRJ tem mais de 200 grupos de pesquisa relacionado com a atividade Física, Saúde e Lazer para Pessoas com Deficiências.

Para as instituições cabe à função de organizar a formação inicial comprometida com a educação inclusiva, preparando os futuros profissionais para os desafios de acolher os alunos com necessidades específicas de forma adequada.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi analisado sobre políticas públicas de inclusão e nos documentos que referendam uma educação inclusiva, entendemos que para uma formação apropriada, o currículo deve abordar situações relativas à diversidade, com o objetivo de trabalhar dentro e fora da sala de aula atividades adequadas, tornando a experiência algo bem próximo do real.

Alguns autores destacam que o trabalho em conjunto da teoria e prática, ambos indissociáveis e indispensáveis no processo de formação, tem papel fundamental na construção da identidade do licenciando, levando-os a uma reflexão das realidades sobre as quais poderão atuar. Os planejamentos dos cursos devem contar com situações didáticas, onde os futuros professores coloquem os seus conhecimentos em prática buscando solucionar situações problemas da melhor maneira.

As instituições de ensino não podem mais pensar o currículo como apenas uma listagem de conteúdo, planejados para serem cumpridos ou como uma proposta de grade curricular apresentada pelo poder público (MENDES, 1999).

Diante dos materiais dispostos para as análises, observamos que existe uma preocupação com o cumprimento de alguns quesitos legais referentes à formação para diversidade como, por exemplo, a oferta da disciplina LIBRAS como componente curricular obrigatório. Os dois cursos oferecem ainda uma disciplina específica voltada para a prática pedagógica com pessoas com necessidades específicas.

Observando o objetivo do curso apresentado pela UFRRJ, o perfil do egresso indicado pela UNIABEU e os projetos e atividades de extensão desenvolvidos por essas instituições, podemos perceber que há uma preocupação, ainda que discreta em atender às demandas de uma formação voltada para o atendimento à diversidade, porém não identificamos nas ementas as quais tivemos acesso uma abordagem mais transversal dos princípios da educação inclusiva.

As instituições possuem projetos que estão de acordo com a proposta de construção de uma sociedade mais inclusiva, como a presença de intérpretes em salas de aula, projetos que viabilizem o atendimento direto a pessoas com necessidades educacionais específicas, projetos de pesquisas com propósitos específicos diversidade. No entanto, o que verificamos com as observações ao longo dos anos de atuação em escolas inclusivas, o número de estagiários que passam por instituições escolares que realizam o trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas é mínimo e o interesse em atuar junto à esse público segue o mesmo nível.

Avaliamos que para o desenvolvimento de uma prática pedagógica identificada com o paradigma da educação inclusiva é preciso que a trajetória formativa seja atravessada por discussões teóricas e vivências práticas que capacitem os futuros docentes para uma atuação voltada para o atendimento à diversidade. E essas discussões e vivências não podem ocorrer em um ou dois momentos estanques da formação inicial.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARDIN, L. (1977) Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica - Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: protagonismo juvenil /

organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho e RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva.

FERNANDES, C.A.F. Educação física adaptada na formação universitária: uma reflexão sobre a intervenção do profissional no mercado de trabalho. Trabalho de conclusão de curso (graduação em educação física e esportes) METROCAMP, Campinas, 2006.

FIORINI, Maria Luiza Salzani and MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo para prover a formação do professor. Rev. bras. educ. espec. [Online]. 2014, vol.20, n.3, pp.387-404. ISSN 1413-6538.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011, 162p.

GOMES, Nilton Munhoz. Análise da disciplina Educação Física Especial nas Instituições de Ensino Superior públicas do estado do Paraná. 2007. XXf. Tese (Doutorado em Educação Física) -Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LIMA, Niusarete Margarida de (comp.). Legislação federal básica na área de pessoa portadora de deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. 464p.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria, SCHELLER, Morgana e BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colômbia No. 14.

MENDES, Cláudio Lúcio. A reforma curricular do curso de educação física da UFMG: relações de poder, atores e seus discursos. Belo Horizonte, 1999. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação/UFMG, 1999.

MIRANDA, Theresinha Guimarães e GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Org. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares – Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, Karina Patrício; et al. A formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Barueri: v. 6, n.3, 2007.

SACRISTÁN, J.G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Mônica P. dos e PAULINO, Marcos M. Inclusão em educação: Uma visão geral. In Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas, org., 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, A. P. O professor de Educação Física como agente do processo inclusivo. In Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas, org.: Santos, M.P. e Paulino, M.M.

UFRRJ. Ementa das disciplinas. Disponível em:

<http://www.ufrj.br/graduacao/disciplinas/pages/departamentos/IE100.html>

UNIABEU. **Avaliação Institucional – CPA (Comissão Própria de Avaliação).**

Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br>. Acesso em 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - Relatório mundial sobre a deficiência, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012.